

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E REPRODUÇÃO SOCIAL

Fernanda Valli Nummer¹

Resumo: Adotando o referencial teórico da sociologia reflexiva de Bourdieu, o texto argumenta, a partir de dados de uma pesquisa realizada junto a recrutas do Exército Brasileiro, que o Serviço Militar Obrigatório pode ser compreendido como um mecanismo de perpetração da violência simbólica, pois garante a reprodução social de desigualdades.

Palavras-chaves: Violência simbólica. Reprodução social. Militarismo.

Abstract: In adopting the theoryc reflexive sociology by Bourdieu, the text argues data of a research done about the cops behaviour of Brazilian Army, showing that the obligate military work can be known as a simbolyc violent's perpetual mechanism thuds guarantees the social reproduction of inequalities.

Key-words: Symbolic violence. Social reproduction. Militarism.

*Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
Criança! não verás nenhum país como este!
Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!
A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,
É um seio de mãe a transbordar carinhos.
Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
Vê que grande extensão de matas, onde impera
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!*

*Boa terra! jamais negou a quem trabalha
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...*

*Quem com o seu suor a fecunda e umedece,
Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!*

*Criança! não verás país nenhum como este:
Imita na grandeza a terra em que nasceste!*

(A Pátria, de OLAVO BILAC, patrono do Serviço Militar)

1 E-mail: fnummer@univates.br. Endereço para correspondência: Av. Avelino Tallini, 171, Bairro Universitário, Lajeado – RS, CEP: 95900-000. Telefone de contato: (51)3714-7000.

Violência simbólica pode ser compreendida como o conjunto de relações sociais em que determinados grupos buscam monopólio e legitimidade sobre a visão que os indivíduos têm de si mesmos e do mundo. Esta, sem dúvida, é uma das formas de dominação mais presentes nas sociedades com maior poder de ação, devido ao fato de ser desconhecida pelos dominados, e muitas vezes, pelos próprios dominantes. Neste texto, desenvolve-se o argumento de que o Serviço Militar Obrigatório pode ser compreendido como um mecanismo de perpetração da violência simbólica, pois garante a reprodução social de desigualdades. Para tanto, recorre-se à sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu e aos resultados de uma pesquisa orientada pela autora, em 2004, apresentada em monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

A dominação é, em geral, não-evidente, não-explícita, mas sutil e violenta. Para Bourdieu (2001), a dominação é exercida sempre mediante violência, seja ela bruta ou simbólica, mediante coação física ou pela da coação sobre as consciências.

Por meio do conceito de violência simbólica, o autor demonstra os mecanismos que fazem com que os indivíduos vejam como universais as representações ou as idéias sociais dominantes. Esses mecanismos estão diretamente associados às instituições e aos agentes que monopolizam, legitimamente, o exercício da autoridade.

Quando se refere à legitimidade do exercício desta violência, o autor quer dizer que esta conta com a cumplicidade daqueles que a sofrem, das suas vítimas, dos dominados. Essa relação não aparece como uma luta aberta entre dominantes e dominados, mas sim, no conjunto complexo de relações cotidianas, nem sempre conscientes, entre estes grupos que envolvem a adesão dos dominados às regras, às sanções, às incapacidades, às possibilidades, entre outras, como sendo “naturais”.

É pelo controle dos bens simbólicos que os dominantes impõem aos dominados seu arbítrio cultural, as hierarquias, relações de dominação, legitimadas pela falta de consciência da dominação. Essa capacidade de imposição cultural é definida, por Bourdieu (2001), como violência simbólica, invisível, a qual só pode ser exercida com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos ou mesmo que o exercem:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao afeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2001, p.14).

A herança ou a aquisição de capitais define a determinação e a reprodução das posições dos sujeitos no espaço social, de dominados ou de dominantes. Para o autor, o capital cultural é representado pelos diplomas, conhecimentos, códigos culturais, características lingüísticas, bons modos; o capital social está associado aos relacionamentos e redes sociais; o capital simbólico envolve especialmente o reconhecimento social; e o capital econômico é aquele representado pelos bens financeiros.

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

O serviço militar, no Brasil, torna-se obrigatório pela homologação da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, no ano em que completarem dezenove anos de idade e consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas, durante o período de um ano.

Simbolicamente, a prestação do serviço militar mostra que o homem deve dar parcela de si em prol de um bem coletivo e de comum interesse das instituições constituídas. Interesse esse que nem sempre é conhecido, mas que pede aos cidadãos seu cumprimento, sob pena de sanções aplicadas.

Esse é um mecanismo que o Estado moderno criou para despertar o sentimento de autoconfiança em sua população por meio de funções desempenhadas em determinado tempo para um aprendizado disciplinar e na defesa dos interesses do Estado (pátria), independentemente de ser ou não seu anseio seguir esta atividade profissional. Esta imposição, que pode ser contrária a sua vontade, mas tem legalizada sua obrigatoriedade pelo Estado, visa a estabelecer relacionamento sustentável entre a instituição e o instituído.

O estudo, analisado aqui, foi realizado com 20 recrutas que cumpriam o Serviço Militar Obrigatório no ano de 2004 na 6ª Bateria de Artilharia Antiaérea (6ª Bia AAe). Esta unidade do Exército foi escolhida, pois as organizações militares situadas na cidade de Santa Maria têm a função de formar a reserva mobilizável do Exército, sendo a guarnição de Santa Maria considerada o 2º maior contingente militar do Brasil. Diferentemente do olégio Militar², Parque de Manutenção³, e o

² Instituição militar que tem a finalidade de proporcionar o ensino fundamental e médio a familiares de militares e civis em várias Guarnições Militares do Exército Brasileiro.

³ Unidade Militar que realiza a manutenção de materiais motomecanizados e bélicos das unidades operacionais do Exército (armamentos, viaturas, carros de combate, etc...).

Hospital Militar⁴, considerados unidades não operacionais, a Bateria, forma recrutas todos os anos com a finalidade de proporcionar a defesa Antiaérea da região Sul do país. Os objetivos da pesquisa foram verificar os efeitos das origens sociais sobre a significação do “ser recruta”. Os resultados proporcionaram compreender não apenas a transformação ocorrida aos recrutas quando estes foram incididos dentro de uma instituição total, cuja cultura de assimilação de saberes provém do ideário da normatização na busca de estabelecer padronização dos integrantes das Forças Armadas, mas também que os efeitos sofridos pelos recrutas, após seu período de adaptação e assimilação das normas regentes, deixam entrever que suas origens sociais influenciam naquilo que se refere às suas atitudes e aspirações.

Os dados coletados na pesquisa foram comparados com o estudo de [Pinto \(1996\)](#) sobre os recrutas franceses e muitas semelhanças foram encontradas. No caso brasileiro, o estudo classificou os sujeitos pela sua adesão ao serviço voluntário: recrutados, ou voluntários, e por sua origem social: rural ou urbana. Assim, em termos numéricos, foram entrevistados 6 jovens do meio urbano e 14 da área rural, sendo 4 recrutados e 16 voluntários.

Em ambos os casos, os voluntários do meio rural são considerados mais dóceis e adaptados à rotina de quartel pela sua própria formação familiar, pois já trazem incorporados o costume da observância de horário, a disciplina e a obediência aos superiores, enquanto os recrutados do meio urbano são considerados os mais insubordinados, pois percebem o período de aquartelamento como um tempo perdido, que lhes causará atraso nos seus planos para o futuro. Não se deve esquecer que a “docilização dos corpos”, referenciada por Foucault (1996), em instituições totais, envolve o poder disciplinar. Este tem o intuito de adestrar e moldar um grupo desorganizado, composto por indivíduos com identidades heterogêneas entre si. Para tanto, recorre ao uso de instrumentos simples como o olhar hierárquico e a sanção normalizadora. A “docilização dos corpos” é, portanto, consequência do processo de adestramento que pressupõe o indivíduo cegamente conduzindo os preceitos ideológicos da instituição. Assim o corpo dócil não questiona, apenas obedece.

Os que provêm do meio urbano têm maior proximidade com a representação social que descreve as instalações militares como instituições fechadas, punitivas e privadoras de liberdade. A estes, portanto, a adaptação à cultura militar torna-se um sofrimento, enquanto dentro do universo de recrutas que são voluntários e vêm do meio rural evidencia-se a busca de afirmação social, pela possibilidade que o serviço militar lhes oferece de engajar-se no Exército (seguir carreira profissional), ou seja, muitos percebem o período de aquartelamento como uma possibilidade de crescimento profissional, especialmente que possa lhe dar suporte para a

⁴ Unidade não operacional que visa dar atendimento médico aos militares e seus dependentes.

complementação de seus estudos. Os voluntários do meio urbano, todos de baixa renda, que em sua maioria já proviam seu sustento pessoal, vem no serviço militar a oportunidade de melhorar sua renda e garantir emprego formal. Já para aqueles que foram recrutados, geralmente oriundos das classes mais abastadas da sociedade, o serviço militar reveste-se de outro significado. Para eles, o fato de terem sido recrutados, ou seja, estão aquartelados por obrigação, aparece como um atraso em suas pretensas aspirações na sociedade, pois a carreira militar, definitivamente, não é uma de suas opções.

Pode-se perceber que, em geral, a priori, a decisão de ser voluntário e mesmo seguir carreira militar, para a maioria dos recrutados, é motivada por fatores como: a estabilidade do emprego, boa remuneração em comparação a outras oportunidades de trabalho, possibilidade de ascensão profissional e, de alguma forma, de ascensão social no exercício de uma profissão ainda bastante valorizada na região estudada, em detrimento de outras, especialmente as menos especializadas e típicas das classes populares urbanas, como marceneiro, pintor, eletricista, servente de obra, entre outras.

CONCLUSÃO

Reprodução social é o processo pelo qual uma sociedade, por meio de diversos mecanismos, reproduz a sua própria estrutura. Para Bourdieu, instituições como a escola e o estado exercem mecanismos de violência simbólica para garantir a reprodução e a legitimação das desigualdades sociais. Os indivíduos não competem em condições igualitárias ao mercado de trabalho, pois são agentes socialmente construídos que carregam consigo uma bagagem de capitais incorporados, que pode ser mais ou menos rentáveis de acordo com as regras deste mercado. O sucesso ou insucesso, as possibilidades e impossibilidades, estão muito mais associadas à origem social do que a dons pessoais.

Os dados coletados no estudo apresentado aqui permitem perceber as diferenças de significados do Serviço Militar Obrigatório de acordo com a origem social dos agentes. Enquanto para os recrutados que geralmente são de origem urbana e estão associados a classes dominantes da sociedade, a carreira militar não é uma opção de vida; para os recrutados de origem rural, o Serviço Militar Obrigatório é uma oportunidade de emprego, de sair do campo, como forma de sustentar seus estudos no ensino superior na cidade. Da mesma forma, para os voluntários do meio urbano, o Serviço Militar Obrigatório é uma oportunidade de emprego para manter-se economicamente, e possivelmente postular a possibilidade de ingressar em um curso superior. Da mesma forma, no caso francês:

O Serviço Militar aparece, então, como o termo de um período de transição, ao mesmo tempo, breve e singular: por vezes, o alistado já trabalha, mas quase sempre de forma provisória, na expectativa de encontrar uma oportunidade melhor [...] Enfim, quanto mais a experiência do desemprego é vivida como provável – e o caso, em particular, em período de crise para os jovens com menos diplomas, em geral, oriundos das classes populares – tanto menos o Serviço Militar será criticado por ter interrompido o desenrolar de uma ‘carreira’ (PINTO, 1996, p. 30).

Esta busca pelo diploma de ensino superior, que se faz presente com ênfase nos grupos de voluntários de origem rural e urbana, não aparece entre os recrutados de origem urbana. Este fato pode ser explicado pelo significado que o diploma adquire, enquanto aquisição de capital cultural, do qual o diploma é seu estado institucionalizado, entre diferentes grupos sociais:

A experiência do futuro escolar não pode ser a mesma para o filho de um executivo de nível superior que, tendo tido mais de uma chance sobre duas de ir para a faculdade, encontra necessariamente em seu entorno social, e mesmo em sua família, os estudos superiores como um destino banal e cotidiano, e para os filhos de um operário que, tendo menos de duas chances sobre cem de ascender, só conhece o estudo e os estudantes através de outras pessoas e por meios indiretos (BOURDIEU, 1999, p.12).

Assim, pode-se afirmar que, diante da imposição de valores dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como universais, como o diploma acadêmico e uma carreira profissional, o Serviço Militar Obrigatório, ao ser percebido como alternativa de ascensão social, é um mecanismo eficaz de reprodução social. Isso porque as classes dominadas não o reconhecem, ou melhor, o desconhecem nesta função.

A melhor adaptação daqueles que desejam *engajar*, termo utilizado para os que pretendem seguir carreira militar, nem sempre significa um desejo afetivo pela profissão, exceções principalmente aos filhos e netos de militares, mas também uma relação de proximidade entre as regras da instituição e as características sociais dos agentes:

Não é suficiente descrever as principais características da ação de inculcação militar. Esta acabaria por não ter qualquer efeito se não existisse uma afinidade entre as qualidades socialmente condicionadas dos indivíduos em questão e as características patentes e tácitas da ação suportada por eles. O funcionamento da instituição pressupõe determinadas condições sociais que garantem o sucesso do trabalho de inculcação. Não se trata de um ‘axioma’, mas sim de um princípio geral de explicação sociológica (PINTO, 1996, p. 23).

É fundamental destacar que, para a sociologia reflexiva, nenhum sistema social é absolutamente imutável, mesmo que a reprodução social seja fenômeno presente

em todas as sociedades. Pensar e implantar modificações que transformem o campo de possibilidades das classes dominadas é o grande desafio para redução da violência simbólica na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. L. B. de. **Serviço Militar Obrigatório**: os efeitos das origens sociais sobre os significados do ser recruta do Exército Brasileiro. 2004. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2004.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999. ①

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
① ② ③

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis Vozes, 1996. ①

PINTO, L. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.
① ② ③

